

# Estado e MST no Médio Paraíba Fluminense: território e contra-hegemonia (2000-2011)

State and MST in the Middle Paraíba Fluminense: territory and counter-hegemony (2000-2011)

Raul de Almeida Santos.

## Resumo

Neste artigo buscamos, através da historicização das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Médio Paraíba Fluminense (MPF), analisar as relações entre Estado e Movimento Social, que são reflexos de conflitos de classe e frações de classe, e a configuração da luta pela terra no MPF, tentando trazer novas luzes aos estudos sobre Estado e Movimentos Sociais, sobretudo por se tratar de um período recente, ainda pouco explorado pelos historiadores.

**Palavras-chave:** MST. Estado. Questão Agrária. Contra-hegemonia.

**Como citar esse artigo.** Santos RA. Estado e MST no Médio Paraíba Fluminense: território e contra-hegemonia (2000-2011). Revista Mosaico. 2013 Jul./Dez.; 04 (2): 05-11.

## Abstract

In the article which now presented seek, by historicizing the actions of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in the Middle Paraíba Fluminense (MPF), analyze the relationship between the State and Social Movement, which are class conflicts reflexes and class fractions, and the struggle for land configuration in the MPF, intending to bring new light to the studies on State and Social Movements, mainly because it is a recent period still little explored by historians.

**Keywords:** MST. State. Agrarian Question. Counter-hegemony.

## Introdução

A presente investigação surgiu a partir da observação do movimento de sujeitos chamados Sem Terra<sup>1</sup> e as contradições expostas por eles no Médio Paraíba Fluminense<sup>2</sup> (MPF). De acordo com Hobsbawm, a história dos movimentos populares torna-se relevante e ganha espaço na escrita “(...) apenas a partir do momento em que as pessoas comuns se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos.”<sup>3</sup> Somamos a esta observação, a linha de investigação proposta por Sônia Regina de Mendonça, também orientou o surgimento da inquietação que resultou no presente trabalho. A historiadora argumenta que

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores

integrantes desses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estarão disputando junto/dentro de cada uma das agências do Estado restrito, sem jamais perder de vista que, Sociedade Civil e Sociedade Política, encontram-se em permanente interrelação.<sup>4</sup>

Diante disso, pretendemos analisar o papel do Estado contemporâneo e suas relações com o MST, considerando as ações e grupos que compõem a sociedade e disputam políticas públicas. Para tanto, a guisa de introdução, trataremos de algumas perspectivas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, bem como o histórico de organização do MST na região. Dessa forma nos parece relevante, também, os apontamentos de Mendonça em seu livro *A classe dominante agrária, natureza e comportamento*, onde é levantada a importância de estabelecer a diferença conceitual entre os termos Reforma Agrária e Questão Agrária a partir da discussão do peso ideológico que

1 O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o “s”, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 20.

2 O Médio Paraíba Fluminense compreende os municípios de Barra do Pirai, Barra Mansa, Floriano, Itatiaia, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

3 HOBBSBAMM, Eric. *A história de baixo para cima*. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216 – 231. p. 217-8.

4 MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. Outros Tempos (UEMA. Online), v. 1 esp, p. 1-12, 2008. p. 07.

cada um traz e esconde.

De acordo com a autora, a Questão Agrária deve ser entendida como “o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural”<sup>5</sup>, enquanto a Reforma Agrária é uma política de Estado visando solucionar a Questão Agrária.<sup>6</sup> Portanto, assim como para Mendonça, parece-nos interessante pautar a necessidade de definição da linha do trabalho a partir de uma pesquisa voltada para a Questão Agrária - uma vez que essa é muito mais ampla e fruto de conflitos tão antigos quanto a chegada lusitana na América.<sup>7</sup>

Ricardo Salles, em artigo intitulado *Gramsci para historiadores*, frisa a importância do entendimento das questões levantadas pelos grupos subalternos e sua relação com Estado como uma questão historiográfica e, sobretudo, política atual, levantando a necessidade do aprofundamento de tais pesquisas na área da história na medida em que cresce o debate na sociedade sobre novas formas de organização social.<sup>8</sup>

Neste artigo buscamos analisar a ocupação da fazenda São Paulo no município de Valença, que resultou no acampamento Mariana Crioula. Nesta análise, queremos compreender a relação desta ocupação com os agentes e agências de Estado na região. Para este esforço é necessário debater sobre concepção de Estado.

## Considerações sobre o Estado

Para melhor compreendermos a atuação do MST no MPF, bem como seus avanços e recuos através de sua relação com as agências estatais, nos é necessário utilizar o conceito de Estado. Para tanto, não nos contempla a noção de que o Estado se constituiu de forma a-histórica, pairando e organizando a sociedade do alto, tal qual defende a perspectiva liberal, ou com seu conjunto representando um único segmento social, como se fosse “manipulável” por uma classe, ou seja, a noção de que o Estado age de forma independente da organização no âmbito da sociedade. Tampouco utilizaremos a concepção de Estado “sujeito”, como apresentado por José Murilo de Carvalho, onde o Estado sempre predomina sobre a sociedade em uma constante medição de forças.<sup>9</sup>

Não podemos entender a organização de um movimento social - no caso, o MST - em relação aos representantes estatais, ou até mesmo para além deles, sem conceber que a postura de cada um desses grupos

é tomada com base nas ações de seus representantes na Sociedade Civil. Para Sônia Regina de Mendonça tais noções “obscurecem sua visibilidade enquanto uma relação social, logo, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos”.<sup>10</sup>

Dessa forma, utilizaremos a concepção de Estado Ampliado desenvolvida por Antonio Gramsci. De acordo com o pensador italiano, a partir do século XX, com o surgimento de organizações vinculadas às classes subalternas, como partidos e sindicatos, ampliou-se a ação estatal, não mais limitada ao espectro institucional, mas diretamente ligada à organização da sociedade, o que permitiu a abertura de novos meios de ação política. Essa percepção permitiu que Gramsci rompesse com uma visão de Estado restrito.<sup>11</sup> Assim sendo, o Estado estaria dividido em duas esferas de atuação: a *Sociedade Política* (aparelhos burocráticos do Estado) e a *Sociedade Civil* (aparelhos privados de hegemonia responsáveis por difundir e consolidar visões de mundo de determinada classe ou fração de classe). Da unidade dessas duas esferas, que se dividem apenas para fins didáticos, forma-se o *Estado Ampliado (Sociedade Política + Sociedade Civil)*. Estado nem como Sujeito nem como Objeto, mas fruto da condensação de relações sociais e atravessado por conflitos de classe.<sup>12</sup>

Diante disso, a utilização do conceito de Estado Ampliado nos é essencial para o entendimento das ações do MST e suas relações com as frações de classes atuantes nas agências de Estado no MPF, bem como de que forma se concretizam os embates de classes na Sociedade Civil, embates esses refletidos no Estado, como muito bem aponta Mendonça

Isso leva a refletir que a sociedade civil é, na verdade, um duplo espaço da luta de classes – intra e entre classes sociais, através das organizações nas quais se moldam as vontades coletivas e através das formas de dominação que, partindo delas, irradiam formas de convencimento, consenso.<sup>13</sup>

Nesse sentido utilizaremos o conceito de *hegemonia*, também elaborado por Gramsci, que deve ser visto como a busca constante pela direção e consenso de frações de classes disseminando valores e visões de mundo por meio da cultura e da ideologia através de seus intelectuais.<sup>14</sup>

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo

5 MENDONÇA, Sônia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento* (1964-1990). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 78.

6 *Ibidem*.

7 *Ibidem*.

8 SALLES, Ricardo. *Gramsci para Historiadores*. História da Historiografia, v. 10, p. 211-228, 2012.

9 MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. Outros Tempos (UEMA. Online), v. 1 esp, p. 1-12, 2008.

10 *Ibidem*. p. 5

11 *Ibidem*.

12 *Ibidem*.

13 MENDONÇA, Sônia Regina. *Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito*. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade civil, 2012, Uberlândia. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Uberlândia: UFU. v. 1. p. 1-19, 2012. p.03

14 “Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, (...) participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo.” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Volume 2*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 52-53. 15

econômico, mas também no social e no político.<sup>15</sup>

Ainda de acordo com Gramsci, as ações das classes subalternas estão sempre sujeitas às intervenções das classes dominantes. Isso impede uma conquista permanente desses grupos, uma vez que, apesar de alguma vitória mais imediata, as classes subalternas permanecem apenas em estado de alerta, defendendo-se das ações dos grupos dominantes.<sup>16</sup> Tais observações nos auxiliam na análise das ações do MST que resultaram na ocupação Mariana Crioula. É necessário considerar a relação desta ocupação com os agentes de Estado vinculados a uma visão de mundo situada no espectro político dominante.

Temos que levar em conta que a história das classes subalternas que “está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por esse caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados.”<sup>17</sup> Tal arcabouço teórico nos possibilita compreender como se constitui a relação entre Estado e Movimento Social no MPF, bem como entender como as frações de classes, e suas representações - presentes no MST e nas agências estatais -, disputam projetos.

Ainda para delimitarmos as linhas teóricas da investigação, Porto-Gonçalves afirma ser fundamental a utilização do conceito de *território* para compreendermos as relações sociais e de poder nas sociedades capitalistas, sobretudo como tem sido apropriada de forma cultural e política a posse da terra,<sup>18</sup> além de destacar o papel preponderante do MST na construção de novos espaços de vivências em seus territórios.<sup>19</sup> Segundo essa perspectiva, o geógrafo Milton Santos destaca que território não é apenas um conjunto de recursos naturais em determinado espaço, para ele

o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O *território usado* é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais do exercício da vida.<sup>20</sup>

Neste sentido, entendemos que o conceito de território encontra-se no centro do debate sobre o espaço agrário brasileiro e fluminense. Para Bernardo Mançano as ocupações e atos do MST devem ser entendidos a partir do conceito de Espacialização da luta pela terra, categoria que nos permite analisar a ocupação do movimento em uma perspectiva de constante construção e expansão, que para ele é

um processo do movimento concreto da ação e sua reprodução no espaço e no território. É expansão, multidimensionamento, e reprodução contínua do espaço político construído pelos trabalhadores com o propósito de conquista de uma fração do território. O acampamento é espaço de luta e resistência que pode ser transformado em território com a conquista da terra ocupada.<sup>21</sup>

Já para o sociólogo Sérgio Sauer os territórios conquistados pelo MST são espaços de novas organizações sociais, econômicas e políticas.<sup>22</sup> Para o autor, que utiliza um conceito desenvolvido por Michel Foucault

A luta pelo acesso a terra significa ainda um processo de construção de alternativas à realidade atual, portanto, na construção simbólica da terra como uma heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço da modernidade.<sup>23</sup>

Essa produção de novos espaços de socialização nas ocupações do MST torna patente o conflito agrário e a disputa de projetos político-ideológicos, colocando em movimento os representantes das frações de classe vinculados a ambos os projetos em disputa. É partindo dessas concepções referentes à utilização/reconfiguração do território que pretendemos analisar a organização do MST no MPF na primeira década de 2000, bem como sua relação com as agências estatais alinhadas à questão agrária que atuam na região.

## O MST no Rio de Janeiro

Para iniciarmos o entendimento do processo de formação do MST no Rio de Janeiro é importante pontuar que, para compreender os processos de organização de sujeitos coletivos inseridos na luta pela terra não basta analisarmos, de forma mecânica, a concentração fundiária e um lado e a contrapartida sendo as ocupações de terra. Precisamos conceber toda a complexidade, particularidade e correlações de força que se inserem em determinados espaços históricos geográficos,<sup>24</sup> como o caso da região do MPF entre 2000 e 2011.

O MST surgiu no Brasil convergindo três fatores conjunturais: o primeiro foi o sócio-econômico, que diz respeito à expulsão do trabalhador rural do campo em decorrência da acelerada modernização implementada na agricultura brasileira, na década de 1970. O segundo fator foi o ideológico, pois se observa uma forte presença da teologia da libertação no movimento através das articulações entre a Igreja Luterana e setores da Igreja

15 *Ibidem*, p. 15

16 *Idem*. *Cadernos do Cárcere*: volume 5. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

17 *Ibidem*, p. 139-140.

18 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

19 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.*

20 SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: Santos, M. et al. (Org.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 13-21, 2007. p. 14

21 FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização da Luta pela Terra*. In: Márcia Motta. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 197-198. p. 198.

22 “Lugares de resistência e liberdade, construídos a partir de perspectivas e relações sociais diferentes da dominação hegemônica do capital ou de valores culturais impostos.” SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 66

23 *Ibidem*, p. 43.

24 DEZEMONE, Marcus. *Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX*. Cantareira (UFF), [www.historia.uff.br/cantareira](http://www.historia.uff.br/cantareira), 2002 v. 1, p. 1-10.

Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo. Já o terceiro foi político, que faz referência à luta pela democratização do país, ainda no ocaso da ditadura empresarial-militar imposta em abril de 1964.

Esse último fator integrou vários setores da sociedade, independentemente deles serem agricultores, que lutavam pela abertura política do país. Isso deu força para a criação do MST no I Encontro Nacional dos Sem Terra em 24 de janeiro de 1984 no município de Cascavel (PR).<sup>25</sup> Já o processo de formação e territorialização do MST no Estado do Rio de Janeiro se deu de forma singular. As particularidades presentes no Rio de Janeiro fizeram com que o processo de estruturação do Movimento se desse em dois distintos momentos, como afirma Fernandes

No período de 1985 a 1987 aconteceu a primeira fase desse processo, quando o Movimento tentou, sem sucesso, se consolidar no Rio de Janeiro. No final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar e desde então começou a se territorializar por diversas regiões do estado.<sup>26</sup>

Para o autor, o MST começou a ser gestado no Rio de Janeiro em 1985, quando algumas lideranças Sem Terra do Estado participam do 1º Congresso Nacional como delegados. Porém, o MST/RJ não conseguiu superar esse período de gestação, o que levou a Direção Nacional a decidir pela dissolução do Movimento no Estado.

Mas quais os principais fatores que propiciaram uma postura diferente das lideranças do Movimento no Rio de Janeiro? O que levou a uma suposta estagnação do MST/RJ nesse primeiro momento, impedindo seu processo de territorialização? A retomada da luta pela terra pelos Sem Terra fluminenses aconteceu na Baixada, região metropolitana do Estado, contando em grande parte com trabalhadores urbanos. As primeiras lutas desses trabalhadores resultaram na ocupação da fazenda Campo Alegre, na Baixada Fluminense. Com isso, o MST Nacional se articulou para dar suporte à essa lutas, o que motivou outras ocupações de terra na região.

Dessa forma o MST-RJ apoiou diversas outras lutas, entre elas: as lutas que resultaram no assentamento Conquista em Valença, e na formação do mutirão da Paz, no município de Pirai, ambas na região Sul-Fluminense. Essas lutas contaram com o apoio dos trabalhadores do mutirão Campo Alegre, que por meio dessas ações procuravam construir o MST.<sup>27</sup>

A questão principal, como demonstra Fernandes, está justamente no fato do MST/RJ não ter conseguido se desenvolver politicamente. As atuações dos Sem Terra nesse período ficaram restritas aos apoios a lutas isoladas, que não contribuíram para a formação do

Movimento enquanto força política, ficando apenas no aspecto corporativo de luta pela terra. Outro fator destacado por Fernandes foi o aparelhamento do MST/RJ pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), na figura populista do então governador Leonel Brizola, através de algumas lideranças

Algumas lideranças importantes formadas no processo de construção do MST priorizaram a militância política no partido do governador Leonel Brizola (...). Essa condição criava uma relação de dependência com o governador, de modo a comprometer a autonomia e a organização do Movimento. As decisões a respeito da luta pela terra não era tomadas de acordo com as prioridades dos sem-terra, mas a partir dos interesses do governo.<sup>28</sup>

Diante desses entraves no processo de territorialização o MST/RJ deixa de existir em 1987, mas a luta dos Sem Terra continuou, principalmente, através da Comissão dos Assentados, criada no mesmo ano. Porém a luta dessas famílias toma um aspecto meramente econômico.

Nesse período o MST continuou mantendo contato com os Sem Terra do Rio de Janeiro, e desenvolvendo discussões a respeito da retomada do Movimento no Estado. Em 1993 “o movimento enviou uma liderança do Paraná, que juntamente com as lideranças cariocas reiniciaram os trabalhos de construção do Movimento no Rio de Janeiro. Começava, dessa forma, uma nova fase da formação do MST-RJ.”<sup>29</sup>

A partir desse segundo momento de construção e territorialização do Movimento no Rio de Janeiro as ações do MST chegam ao Sul Fluminense, como nos mostra Santos: “Nesse mesmo período o Movimento também se desloca para Sul-Fluminense com a ocupação das fazendas do Salto e Primavera<sup>30</sup> ambas no município de Barra Mansa, no entanto, só vai se territorializar nesta região a partir de 2000.”<sup>31</sup>

Para o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, a década de 1990 foi marcante na história política brasileira pela consolidação do Movimento como instrumento de contestação que ultrapassou suas bandeiras específicas.<sup>32</sup> Neste período, a luta pela terra e a mobilizações entorno da questão agrária tomaram conta do cenário político e social do Brasil, consolidando-se como uma das mais relevantes para a compreensão da sociedade e do Estado brasileiro. No que diz respeito ao MPF, especificamente, temos a seguinte realidade agrária

A estrutura fundiária fica mais bem caracterizada quando analisamos as informações de 1991 fornecidas pelo INCRA,

28 *Ibidem*. p. 147.

29 *Ibidem*.

30 Esse acampamento se deslocou para o município de Resende com a ocupação da Fazenda da Ponte em 1999. As famílias do Primavera ao se somarem com novas famílias que vieram para a ocupação, constituíram um novo acampamento por nome Terra Livre.

31 SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. João Pessoa, 2008. (mono) p. 23.

32 “Os anos 90 viram adentrar a cena política latinoamericana dois movimentos sociais cuja significação política vai muito além das suas reivindicações específicas: o zapatismo, no México, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil.” PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Questão Agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. Geografias (UFMG), Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 07-25, 2005. p. 07.

25 FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

26 FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 145.

27 *Ibidem*. p. 146.



quanto aos 2563 “imóveis rurais” da RMP: a) tamanho: minifúndios (40,81%), pequenos (33,00%), médios (21,76%) e grandes (4,43%) e b) grau de exploração: produtivos: (26,28%) e improdutivos: (32,91%).<sup>33</sup>

O quadro traçado acima evidencia a disparidade da distribuição e do acesso a terra na região do MPF. Sua compreensão ajuda no entendimento da organização do MST no Rio de Janeiro e na Região, principalmente quando percebemos a permanência do quadro acima adentrar os anos 2000.

A partir da territorialização do Movimento nessa região as ocupações de terras formaram novos espaços de relações sociais através dos assentamentos, Terra da Paz e Roseli Nunes (em Pirai), Vida Nova (em Barra do Pirai) dentre outros. Os Sem Terra dessa região, uma vez ligados ao MST, enquanto sujeitos políticos, passaram a desenvolver ações coletivas na sociedade. Ações que interrogam o *status quo* e chamam a atenção da sociedade civil para a necessidade de uma nova ordem social. As ações dos Sem Terra se desenvolveram enquanto momentos de indagação, reflexão e construção, propiciando a tomada de consciência por meio da militância através de sua práxis.

O MST, portanto, organizou seus integrantes visando a formação de uma concepção de mundo contra-hegemônica, criando uma direção e trabalhando para a superação de uma visão de mundo fragmentada, como nos mostra Elaine, militante do MST e assentada do Terra Livre

Então, desde o início, a gente tem trabalhado aqui... é no Terra Livre, o processo de conscientização das pessoas para que a gente tenha uma vida saudável e para que a gente mostre de fato para a sociedade que a Reforma Agrária não é só ter terra para produzir.<sup>34</sup>

Por isso a constante preocupação do Movimento na formação de sua militância e na luta por um novo modelo de escola, construindo novas concepções e culturas a partir de sua forma de organização. Essa preocupação pode ser representada em um dos objetivos traçados no primeiro Congresso Nacional que diz respeito à difusão de valores humanistas e socialistas nas relações sociais.

Outro exemplo desse aspecto de luta cultural está no nome dado aos assentamentos e acampamentos que visam, na maioria das vezes, resgatar nomes de agentes políticos que lutaram pela liberdade da classe trabalhadora no Brasil, como é caso da ocupação Mariana Crioula em Valença. As ações do MST no Médio Paraíba têm chamado a atenção da sociedade, como o apoio do Movimento em 2004, na celebração do assassinato dos três operários pelo exército na greve

de 1988 da CSN, em Volta Redonda, com posterior passeata pela cidade e as manifestações em frente ao INSS de Valença no mesmo ano.

Portanto, percebemos que os anos 2000 a região foi palco da expansão das ações do MST, que ampliou o número de ocupações e se estabeleceu e consolidou, enquanto sujeito coletivo, na luta pela terra. Dentre as ocupações realizadas pelo movimento algumas conquistaram a posse da terra, transformando-se em assentamentos de reforma agrária, como é o caso do Assentamento Terra Livre em Resende, o Vida Nova em Barra do Pirai e o Roseli Nunes e Terra da Paz, ambos em Pirai.

Em contrapartida, apesar de parecer favorável à desapropriação das áreas, alguns acampados permaneceram aguardando decisão do judiciário local e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para passarem de acampados a assentados, enfim com a posse da terra, primeiro passo na luta. São esses os casos do Acampamento Mariana Crioula em Valença e o Irmã Dorothy em Quatis.<sup>35</sup> Vamos nos ater aqui no processo de construção do Mariana Crioula.

## Acampamento Mariana Crioula

O Acampamento Mariana Crioula surgiu da ocupação da Fazenda São Paulo, situada no município de Valença e já declarada improdutiva pelo INCRA desde 2003, resultando de um processo que se iniciou em agosto de 2005 e se estendeu até 2011. A fazenda em questão, com uma área de 1500 hectares, foi considerada improdutiva por meio de um parecer do INCRA, onde o órgão indicou a propriedade como área passível de reforma agrária.

Nesse contexto o MST organizou a militância para ocupar a fazenda como forma de denúncia e pressão para agilizar o processo de desapropriação criando, a partir de então, a ocupação Mariana Crioula. Apesar do parecer do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o grupo M. M. N. Rio Administração e Participações S/C Ltda, proprietário da fazenda, conseguiu a reintegração de posse e os acampados se deslocaram para um acampamento provisório nas margens da BR-393, na altura do distrito de Dorândia (Barra do Pirai) como forma de chamar atenção para a questão agrária e o conflito que estava colocado a partir de então.

Cabe notar que desde essa ocupação os posicionamentos de superintendentes do INCRA eram totalmente favoráveis à desapropriação da área e imediato assentamento das famílias acampadas.

Em 2007 o Movimento (com cerca de 100 famílias) decidiu ocupar novamente a área para

33 CALAZANS, Maria Julieta Costa ; NOVICKI, Victor ; VIEIRA DE CASTRO, E. M. N. . *Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul*. In: Carneiro, Maria J. L. et al.. (Org.). *Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. 1ed.Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1, p. 247-260, p. 250

34 Terra Livre. Direção Cristiane Pires. Em movimento Produções. s/d. 1 DVD (34:44 min) Color. 31:38 min. 11

35 A área do Acampamento Irmã Dorothy foi desapropriada recentemente, no dia 15 de outubro de 2014. SILVA, MAURA. *Após nove anos de luta Sem Terra conquistam Assentamento Irmã Dorothy*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16634>>. Acesso em 30 de out. de 2014.

pressionar a desapropriação da fazenda, que já estava em estado avançado. Faltava somente o Judiciário realizar a imissão de posse da área para o INCRA.<sup>36</sup> De acordo com a dirigente do MST na região, Luciana Miranda, a retomada da ocupação da fazenda São Paulo ocorreu “no sentido de agilizar esse processo, para assentar essas famílias, que estão desde 2005 na beira da estrada.”<sup>37</sup>

Não obstante aos fatos expostos, até 2011 os acampados ainda esperavam a desapropriação da área mesmo após o proprietário ter acordado, em 2009, uma desapropriação parcial do imóvel. Destacamos ainda o fato de a Justiça Federal em Barra do Piraí e o Ministério Público Federal terem se posicionado favoráveis à desapropriação. Contudo, o INCRA não se mostrava capaz de apresentá-la, evidenciando que não era apenas o Poder Judiciário que vinha dificultando o assentamento das famílias.<sup>38</sup> Nesse período temos ainda posições do Juiz responsável pelo processo o qual podemos perceber de forma clara a posição do judiciário:

o juiz entendeu que o direito do INCRA de propor a ação de desapropriação tinha se expirado, pois a ação foi proposta após os dois anos do Decreto Presidencial que destinou a área para a reforma agrária e a Lei estabelece que seja ajuizada a ação dois anos depois da decretação da área para fins de reforma agrária pelo Presidente da República. A decisão, no entanto, parece não se preocupar com o fato da ação de desapropriação não ter sido proposta no prazo legal devido à existência da ação de nulidade do processo administrativo proposto pelo proprietário contra o procedimento do INCRA, e da decisão judicial que suspendeu o procedimento administrativo nesta ação.<sup>39</sup>

O que chama a atenção e estabelece a relação entre Sociedade Civil e Estado Restrito é justamente o fato do grupo que detêm a posse da fazenda ser uma empresa imobiliária que consegue adentrar nas agências estatais da região, levando os conflitos a esse espaço, conseguindo defender seus interesses. Basta observarmos os posicionamentos do INCRA e, ainda assim, o resultado judicial ser contrário aos acampados.

Tais evidências nos levam a perceber de que forma se estabeleceu a relação entre Movimento Social e Estado, através de suas agências, na região do MPF, uma vez que entendemos que o jogo de interesses se estabelece por meio de representantes de classe ou fração de classe - presentes nas agências de Estado ligadas diretamente no processo de desapropriação de áreas em conflitos por proprietários e militantes do MST. Ou

36 MST. *MST ocupa fazenda improdutiva em Valença, no Rio de Janeiro*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5093>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

37 Agência Brasil. *MST ocupa fazenda no sul do estado do Rio*. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-08/mst-ocupa-fazenda-no-sul-do-estado-do-rio>>. Acesso em: 24 de março de 2015.

38 ANTUNES, Celso. *Incra não consegue desapropriar área improdutiva no RJ*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11775>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

39 QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana ; LOPES, Aline. *Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas*. in: MOTA, Fábio Reis; OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de; MENDES, Regina Lucia Teixeira. (org.). *Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas*. Ied. UFF: funjab, 2012, v. 1, p. 103-131. p. 114.

seja, enquanto o Movimento se organiza e disputa novas concepções de mundo através de seus acampamentos e territórios, lançando perspectivas contra-hegemônicas, repensando a ocupação/utilização da terra, trazendo signos que contestam o poder local e resgatando a história de luta no Brasil a partir da *Sociedade Civil*, essas lutas adentram espaços identificados com o *Estado Restrito* e refletem em disputas políticas em seus interiores, como podemos observar no caso da ocupação da Fazenda São Paulo.

## Apontamentos finais

Os princípios organizativos do MST são uma das causas que levam à estruturação de um discurso contra-hegemônico no Médio Paraíba Fluminense por meio de seus acampamentos que resgatam a história de luta da classe trabalhadora assim como as mobilizações que levam para toda a sociedade momentos de reflexão e construção. Regionalmente, identificamos uma forte influência e intervenção do Movimento no aspecto político local, que podemos localizar como uma constante na história da luta pela terra no Brasil. Nesse sentido, as relações de dominação são alteradas na medida em que surgem novas interlocuções entre o MST, sindicatos, Igreja, partido político e agências do *Estado Restrito*, fatos que nos permitem afirmar a noção de que os Estado, no sentido ampliado, é atravessado por conflitos de classe e frações de classe, possibilitando-nos analisar Estado e Movimentos Sociais, através de seus embates na *Sociedade Civil*. Assim sendo, parece-nos oportuna a utilização de uma afirmação de Jeremy Lester sobre a ação contra-hegemônica do MST

Caso se procurem motivos de inspiração e lições concretas, tangíveis, que possam ser apreendidas na arena contra-hegemônica de hoje, então o que há de melhor a fazer é concentrar a atenção no MST, dado que é um fenômeno atual e verdadeiramente fascinante por toda uma série de razões. No seu núcleo há um movimento de base classista muito consciente, que trava uma luta de classes contra seus dois inimigos principais, os latifundiários e sua contraparte urbana, burguesa. Mas, acima e além disso, ele encontrou essa rara capacidade de expandir e ampliar, tornando-se algo muito maior do que um movimento que representa e articula os interesses do núcleo de classe.<sup>40</sup>

O exposto nos leva a afirmar que, se por um lado identificamos a construção de *heterotopias* através de seus acampamentos e assentamentos no Médio Paraíba Fluminense, que (re)configuram seus territórios em uma perspectiva contra-hegemônica – o que levanta um debate tendendo a ocupar as agências do Estado e estabelecer o conflito de classes expondo os interesses de cada grupo que se posiciona na *Sociedade Civil*. Por

40 LESTER, Jeremy. *Alinhando a inteligência com a vontade*. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-171. p. 170. 15

outro lado, o reverso da moeda é a ação dos grupos que, a partir desse posicionamento estabelece a defesa de seus interesses e ocupam (com objetivos contrários aos do MST) as agências estatais para garantir seus interesses particulares, evidenciando a ampliação do Estado contemporâneo.

## Referências

CALAZANS, Maria Julieta Costa ; NOVICKI, Victor ; VIEIRA DE CASTRO, E. M. N. . *Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul*. In: Carneiro, Maria J. L. et al.. (Org.). *Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1, p. 247-260.

CALDART, Roseli Saete. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DEZEMONE, Marcus. *Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX*. Cantareira (UFF), [www.historia.uff.br/cantareira](http://www.historia.uff.br/cantareira), 2002 v. 1, p. 1-10, 20.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Espacialização da Luta pela Terra*. In: Márcia Motta. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 197-198.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 2*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere: volume 5*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A história de baixo para cima*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216 – 231.

LESTER, Jeremy. *Alinhando a inteligência com a vontade*. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-171.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.16

\_\_\_\_\_. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. Outros Tempos (UEMA. Online), v. I esp, p. 1-12, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito*. In: VII Simposio Nacional Estado e Poder: Sociedade civil, 2012, Uberlândia. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Uberlândia: UFU. v. 1. p. 1-19, 2012.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana ; LOPES, Aline. *Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas*. in: MOTA, Fábio Reis; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de; MENDES, Regina Lucia Teixeira. (org.). *Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas*. 1ed. Uff: funjab, 2012, v. 1, p. 103-131.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Questão Agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. Geografias (UFMG), Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 07-25, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SALLES, Ricardo. *Gramsci para Historiadores*. História da Historiografia,

v. 10, p. 211-228, 2012.

SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. João Pessoa, 2008. (mono)

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, Milton. et al. (Org.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 13-21, 2007.

SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

### Sites:

Agência Brasil. *MST ocupa fazenda no sul do estado do Rio*. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-08/mst-ocupa-fazenda-no-sul-do-estado-do-rio>>. Acesso em: 24 de março de 2015. 17

ANTUNES, Celso. *Incra não consegue desapropriar área improdutivo na RJ*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11775>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

MST. *MST ocupa fazenda improdutivo em Valença, no Rio de Janeiro*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5093>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

SILVA, MAURA. *Após nove anos de luta Sem Terra conquistam Assentamento Irmã Dorothy*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16634>>. Acesso em 30 de out. de 2014.

### Mídias eletrônicas:

*Terra Livre*. Direção Cristiane Pires. Em movimento Produções. s/d. 1 DVD (34:44 min) Color.